

O DIREITO À MORADIA ADEQUADA: A REALOCAÇÃO DOS MORADORES DA VILA BECKER PARA O BAIRRO PORTO SEGURO EM PARANAGUÁ (PR)

Juliana Lenartovicz Santos¹
Marisete Hoffmann-Horochovski²

RESUMO: O presente estudo consiste em uma análise da realocação dos moradores da Vila Becker para o bairro Porto Seguro, ocorrida na cidade de Paranaguá, litoral paranaense. A realocação foi ocasionada pela exposição dos moradores a perigos constantes na região, gerados pela proximidade de tanques de produtos inflamáveis, onde já aconteceram acidentes colocando em risco a população local. De caráter qualitativo, a coleta de dados contou com pesquisa bibliográfica e documental, para se entender o processo e os motivos pelos quais se fez necessária a realocação e entrevistas com moradores do novo bairro, além de matérias jornalísticas. Entre os resultados, observou-se que o bairro Porto Seguro é bem afastado da antiga Vila Becker e, mesmo sendo um bairro planejado, somente agora estão sendo prestados serviços básicos, como unidades de saúde, comércios em geral, linhas de transporte público e área de lazer. A ausência ou insuficiência de serviços básicos no início do processo de realocação, gerou certo transtorno para os moradores que foram realocados, apesar de terem sido retirados de área de perigo.

Palavras-chave: Realocação; Habitação; Ocupação Irregular; Regularização Fundiária.

¹ Bacharel em Administração Pública (UFPR).

E-mail: juliana.lenartovicz12@gmail.com

² Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: marisete@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O direito à moradia é um direito amplamente tutelado no Brasil, sendo garantido tanto por leis dos municípios e estados brasileiros, como pela Constituição Federal de 1988. No entanto, pode-se perceber que, apesar de existirem leis que regulamentam os direitos sobre a habitação no Brasil, vive-se uma crise neste setor. Isto é reflexo do processo de urbanização brasileiro, com a migração da população do campo para as cidades.

O crescimento dos espaços urbanos ocorreu de maneira muito rápida e desordenada em grande parte do território brasileiro. À medida que os centros urbanos iam sendo saturados, houve um déficit de moradias, o que induziu a população a ocupar territórios de forma irregular, sem qualquer planejamento dos espaços.

Como exemplo prático do assunto abordado, o presente estudo¹ traz uma análise de como ocorreu o processo de realocação dos moradores da Vila Becker para o bairro Porto Seguro, no município de Paranaguá, litoral do Paraná. O objetivo é analisar a realocação realizada com quase 400 famílias, de forma que se possa entender a percepção dos moradores em relação à mudança, o papel desempenhado pela gestão municipal e a participação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) no decorrer do processo.

A realocação dos moradores da Vila Becker teve que ocorrer por conta da exposição da população a uma situação de risco, posto que a vila está situada ao redor do terminal público de álcool de Paranaguá. Com esse fato, a Prefeitura Municipal, juntamente com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e com a participação das empresas que ocupam os arredores do local, desenvolveram a política de realocação dos moradores que se encontravam em risco para o bairro Porto Seguro. Esse processo também se caracterizou como uma política de regularização fundiária², pois a Vila Becker era uma área ocupada ilegalmente.

O artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda e terceira parte apresenta-se, respectivamente, uma breve abordagem da questão habitacional no Brasil e a metodologia que norteou a pesquisa. Na quarta parte discute-se o processo de realocação dos moradores da Vila Becker para o bairro Porto Seguro. Na última parte, tece-se as considerações finais.

1 Estudo realizado para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Administração Pública, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado no segundo semestre de 2019.

2 Regularização Fundiária: Regulamentação jurídica e urbanística de assentamentos irregulares.

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL

No final do século XIX, a disposição de moradias e atividades econômicas era bem diferente da que conhecemos hoje no Brasil. Segundo Maricato (1997), nesse período 80% dos trabalhadores estavam no campo, 13% no setor de serviços, sendo a maior parte em empregos domésticos, e 7% estavam na indústria. Desse modo podemos perceber que o setor rural era dominante. Entretanto, esse cenário começou a mudar a partir do fortalecimento da indústria no Brasil. Os imigrantes, os trabalhadores brancos livres e os escravos libertos deixaram de ocupar a zona rural, dando início a uma concentração maior no espaço urbano. Isso resultou em mudanças significativas na condição das moradias dos centros urbanos, pois estes ainda não tinham uma infraestrutura que comportasse esse crescimento e a saturação das cidades sem os serviços de saneamento resultou em várias epidemias, como cólera e febre amarela.

A situação se agravou na metade do século XX, com o êxodo rural que ocorreu justamente pelo desenvolvimento industrial que o Brasil viveu nessa época. Sem condições de comprar ou alugar casas, por conta da elevação do preço da terra, grande parte dos trabalhadores que migraram para as cidades passou a ocupar o solo ilegalmente, geralmente em assentamentos precários, formando assim as periferias e favelas. A participação do Estado não foi muito efetiva, pois não havia nenhuma política habitacional nesse período de intensa urbanização.

Em 1964, durante o governo Castelo Branco, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), atuando na formulação da política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda (BRASIL, 1964). O instrumento de atuação era o Banco Nacional da Habitação (BNH) que tinha como objetivo orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro da Habitação, usando como agentes e representantes as Caixas Econômicas Federais e demais entidades integrantes do sistema financeiro da habitação. Porém, em 1986, o Banco Nacional foi extinto, não atingindo seu objetivo de alcançar a parcela mais pobre da população. As suas atribuições foram passadas à Caixa Econômica Federal, que até hoje financia políticas habitacionais.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que afirma, em seu artigo 5º, a igualdade perante a lei e “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. (BRASIL, 1988). Apesar disso, no entanto, o Brasil passou quase duas décadas sem uma política nacional de habitação contínua.

Em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, constitui-se o Ministério das Cidades pela Lei Federal nº 10.683. O projeto tratava de três áreas, sendo estas a questão fundiária, a de financiamento e a institucional (BRASIL, 2010).

Segundo a Secretaria Nacional da Habitação (SNH), os dois principais eixos de atuação dos programas federais de habitação foram divididos entre a urbanização de assentamentos precários e produção habitacional. (BRASIL, 2010). De acordo com o Ministério das Cidades, os assentamentos precários consistem em “aglomerações urbanas muito diversificadas, podendo variar em tamanho, densidade, padrão construtivo, situação fundiária, grau de risco que apresentam aos moradores” (BRASIL, 2010, p.35).

Existem casos de ocupação irregular que não apresentam risco aos moradores nem ao meio ambiente, sendo necessária uma política de regularização mais simples. Em outros casos, onde os assentamentos são localizados em lugares que apresentam risco à saúde dos moradores, com possibilidade de contaminações, ou também em lugares que apresentem risco de deslizamento ou enchentes, por exemplo, as políticas de regularização são mais complexas. Nesses casos muitas vezes é necessária a realocação dos moradores.

Esses tipos de assentamentos, resultam em uma urbanização fora dos padrões vigentes, sem qualquer planejamento do espaço. Como resultado se tem ruas estreitas e irregulares, lotes sem padrões de tamanhos, poluição do ambiente, inexistência de saneamento básico, residências que não são adequadas às legislações urbanas, entre outras questões que atingem a população e também a gestão dos municípios.

Como tentativa de atuar sobre a questão da habitação no Brasil, com índices tão elevados no que diz respeito a irregularidades na propriedade da terra e, conseqüentemente, com uma infraestrutura precária oferecida nessas ocupações, no ano de 2009, através da Lei nº 11.977, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que se tornou a principal iniciativa do governo federal para reparar o déficit habitacional brasileiro.

Segundo a SNH, no PMCMV o governo federal basicamente garante subsídio às famílias que se enquadram em determinadas faixas de renda com taxas de juros bem reduzidas para o financiamento habitacional, possibilitando uma maior facilidade na aquisição da casa própria para as classes média e de baixa renda. Além de atuar como política habitacional de regulamentação e dar a posse legal aos ocupantes das propriedades, o PMCMV também fomentou o setor de construção civil, pois a partir de sua criação passou-se a ter incentivos fiscais para a construção de imóveis nos padrões estabelecidos pelo programa, aumentou também o número de empregos

direta e indiretamente, estabeleceu parâmetros na construção das moradias, exigindo o uso de materiais sustentáveis nos empreendimentos e de modo geral movimentou muito a economia do país.

No ano de 2019, o Programa Minha Casa Minha Vida, que antes pertencia ao Ministério das Cidades, passou a integrar o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Atualmente o MDR, que resulta da fusão dos extintos Ministério das Cidades e Ministério de Integração Nacional, engloba todos os assuntos relacionados a políticas públicas urbanas com o objetivo de promover o desenvolvimento regional.

METODOLOGIA

O objetivo da presente pesquisa consistiu em entender como se deu o processo de realocação dos moradores da Vila Becker para o bairro Porto Seguro, no município de Paranaguá. Tendo isso como principal questão, também pôde-se alcançar outros objetivos periféricos, como por exemplo: (a) analisar o porquê a realocação teve que acontecer; (b) identificar o papel desempenhado pela gestão municipal no processo da realocação dos moradores e as políticas públicas adotadas no caso; (c) caracterizar a participação e contribuição das empresas envolvidas; (d) refletir sobre a satisfação dos moradores com a realocação para o bairro Porto Seguro, bem como a avaliação deles com relação às medidas adotadas no processo estudado; (e) caracterizar quais são as condições de infraestrutura oferecidas no novo bairro, a qualidade de vida, acesso à educação, saúde, mercado de trabalho, transportes e prestação de serviços em geral.

Nesse sentido, o método de pesquisa utilizado foi prioritariamente o qualitativo. Nesse método, busca-se captar do objeto de pesquisa o modo de pensar e interpretar questões, a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes, o que dificilmente pode ser traduzida em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2013). Pode-se organizar a pesquisa em três fases: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; e (3) análise e tratamento do material empírico e documental.

No primeiro momento foi realizado o levantamento bibliográfico relacionado ao tema e organização do projeto. Passando para a fase de entrada em campo, houve o primeiro contato com as pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado através de uma visita ao bairro Porto Seguro para tentar captar a opinião dos moradores realocados, em relação à infraestrutura oferecida no novo bairro.

O trabalho de campo com os moradores ocorreu em duas fases distintas.



Na primeira, realizada em outubro de 2018, foram entrevistadas cinco famílias que passaram pelo processo de realocação. Nessa ocasião, o morador foi questionando se o processo ocorreu por indenização ou permuta, e avaliou, por meio de uma escala, os serviços prestados no novo bairro. Na segunda fase, executada em outubro de 2019, mais vinte moradores do Porto Seguro responderam a um questionário com perguntas fechadas e abertas, com o intuito de averiguar, tal como na primeira fase, a opinião deles sobre a qualidade de vida no bairro. Conjuntamente, realizou-se uma observação espacial do bairro, com o levantamento do número de escolas, postos de saúde, comércios em geral, mobilidade e infraestrutura, com o objetivo de verificar as mudanças que ocorreram no bairro neste período de um ano.

Ainda na fase de trabalho de campo, entrou-se em contato com a municipalidade e a APPA, buscando considerar também a visão desses atores para com o processo e obter outros dados sobre as ocupações irregulares na cidade de Paranaguá, porém não foram recebidas respostas às perguntas enviadas às partes, com exceção da Secretaria da Saúde de Paranaguá que, por e-mail, respondeu a algumas questões relacionadas à saúde no bairro. Por essa razão, para coletar os dados referentes ao processo em si que envolveram a administração pública e a APPA, recorreu-se a consultas de artigos científicos que falam especificamente sobre o assunto e sobre termos que o envolvem, também colunas de jornais locais, teses e monografias, documentos públicos disponibilizados nos sites oficiais das entidades – Prefeitura de Paranaguá e APPA.

Finalizada essa etapa, iniciou-se a última fase do ciclo da pesquisa com a análise e interpretação do material empírico e documental. Esse estágio consiste em um conjunto de procedimentos que pretende valorizar, compreender, interpretar os dados, articulando-os com o embasamento teórico realizado anteriormente.

O PROCESSO DE REALOCAÇÃO DOS MORADORES DA VILA BECKER PARA O BAIRO PORTO SEGURO

PARANAGUÁ E O PORTO

Para se entender o contexto do problema, apresenta-se um pouco do ambiente onde se passa o caso estudado, trazendo algumas informações sobre a cidade de Paranaguá, seu vínculo com o porto Dom Pedro II e também sobre a formação particular da Vila Becker.



Paranaguá, a chamada cidade berço da civilização paranaense, foi fundada em 1648. Tem a área territorial de 813.730 km², estando localizada a uma distância de 86km da capital do Paraná e, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES), com uma população estimada de 152.936 habitantes. No ano de 2016, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paranaguá alcançou um Produto Interno Bruto (PIB³) per capita de R\$ 54.723, sendo que o PIB per capita brasileiro foi de R\$ 30.407. Com isso, pode-se perceber que Paranaguá tem uma economia bem ativa, com uma grande produção de produtos e serviços, sendo uma das cidades de maior destaque em geração de riqueza no estado do Paraná e tendo um histórico maior do que a média nacional nesse quesito. Esse fato está muito ligado à existência do porto na cidade, o qual traz uma movimentação além da econômica, pois gera uma maior atividade no turismo, oportunidades de emprego e, como consequência, gera um aumento no consumo local.

No processo histórico de construção e povoação de Paranaguá, encontra-se desde sua formação um crescimento vinculado com o desenvolvimento do porto.

No que tange ao processo de crescimento demográfico é possível distinguir dois movimentos, o primeiro reflete seu crescimento acelerado nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, coincidente com o período de especialização do porto na exportação de café. Entre as décadas de 1950 e 1970, a cidade mais que dobrou de tamanho, ampliando o desequilíbrio entre a população rural e a população urbana. O segundo momento foi marcado pelas três últimas décadas do século, nas quais foi mantido o crescimento da cidade e a concentração urbana, em que pese um ritmo mais lento da expansão demográfica. Tal ritmo se justifica em função de um novo perfil portuário. Desde os anos 1970, a especialização graneleira alterou a forma e a intensidade de absorção de mão-de-obra. (ABRAHÃO,2011, p.32).

O porto de Paranaguá, denominado Dom Pedro II, é o maior porto graneleiro da América Latina, sendo também o 3º maior porto de contêineres do Brasil. As principais cargas movimentadas são a soja, o farelo, o milho, sal, açúcar, fertilizantes, contêineres, congelados, derivados de petróleo, álcool e veículos. A área edificada do porto ocupa uma extensão de aproximadamente 171.500 m², o que equivale a 21% da área territorial do município. É administrado, assim como o da cidade litorânea de Antonina, pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA). Empresa pública ligada ao Governo do Estado do Paraná pela Secretaria de Infraestrutura e Logística.

Em relação ao fluxo de cargas do porto em Paranaguá e Antonina, em 2016

3 PIB: "O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano." (IBGE,2019).

o referido complexo teve a movimentação total de 44,0 milhões de toneladas, sendo divididos em sua maior parte em granéis sólidos vegetais (46%), granéis sólidos minerais (20%) e contêineres (16%) (APPA, 2018). Esta é considerada uma marca bem expressiva, sendo uma das melhores no cenário nacional e é esperado que a demanda cresça cada vez mais, tendo uma projeção média de crescimento de 1,2% ao ano, até 2060. Dentre os produtos movimentados no complexo, a projeção mais otimista é a de grãos de soja, farelo e milho.

Para 2042, [...] o Porto de Paranaguá passará a figurar como o mais expressivo do país no que diz respeito à exportação de soja, movimentando aproximadamente 29 milhões de toneladas e atendendo a produção do próprio estado paranaense e uma parcela do Mato Grosso do Sul. (BRASIL, 2015, p. 27).

Por conta dessas demandas aumentadas e a projeção de expansão portuária, criou-se o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto de Paranaguá, em 2014, com uma parceria entre a APPA, a Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina (FEESC) e o Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans). O plano tem como base a Portaria SEP/PR nº 03/2014, a qual regulamenta a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) dos portos brasileiros. Uma das fases do PDZ do porto de Paranaguá compreende a reorganização das áreas portuárias, visando a expansão em curto, médio e longo prazo. (APPA, 2018).

Como exemplo concreto dessa ampliação, o decreto nº 4.558/2002 determinou a área do porto organizado com a extensão de 443,33 km². Em 2016, o decreto foi editado pelo governo federal, estabelecendo uma nova área de extensão portuária, com 820,53 km². Na poligonal⁴ que representa a área total do porto organizado, é possível observar que ela atinge também a área urbana da cidade de Paranaguá. Como consequência dessa vinculação de atividades, a municipalidade de Paranaguá enfrenta o desafio de conciliar a ocupação e expansão urbana que vive com a ampliação do território e o desenvolvimento portuário, pois essa coexistência de cenários acarreta perigos e danos aos moradores expostos a essa realidade. Segundo o PDZ disponibilizado pela APPA,

A interface entre porto e cidade é ambivalente na medida em que o porto é um dos mecanismos pelo qual a cidade foi estabelecida, ao mesmo tempo em que a cidade é a razão de suporte para a existência e o funcionamento do porto. Assim, os sistemas de crescimento de ambos se entrecruzam e, conforme as demandas espaciais foram se

⁴ Mapa poligonal é uma representação ou uma planta que delimita a área do porto organizado. (APPA, 2019).

consolidando, o porto se aproximou da cidade e a cidade se aproximou do porto. (APPA, 2018).

Com este constante crescimento e com a exposição dos moradores dos arredores da área portuária, acabou sendo necessária a retirada das moradias mais próximas dos terminais, processo que será explanado de forma mais profunda no próximo item. Dois bairros da cidade de Paranaguá foram bastantes afetados⁵, porém, no presente trabalho, foi estudado especificamente o caso dos moradores da Vila Becker, localizada em uma área que ficava exposta a um grande perigo, por estar situada ao lado de tanques de armazenamento de óleo e álcool.

DA VILA BECKER AO PORTO SEGURO

Como já mencionado, a construção do município de Paranaguá está diretamente ligada à atividade portuária. De acordo com Tumelero (2015), a partir de meados do século XX, o porto de Paranaguá passou a ser a principal forma de reativar a economia local. A demanda por trabalho com baixa exigência de qualificação induziu trabalhadores migrantes e nativos a ocuparem os arredores do porto.

A extinta Vila Becker era situada na área portuária da cidade de Paranaguá. Se encontrava onde o Plano Diretor da cidade demarca como Zona de Interesse Portuário.

De acordo com Zoneamento Urbano, a Vila Becker ficou inserida na Zona de Interesse Portuário (ZIP) [...]. Com a expansão da zona portuária, a população da Vila Becker ficou cercada pelas indústrias portuária e passou a conviver com os riscos destas atividades. Os moradores também sofrem com o ambiente insalubre, nos manguezais do rio Itiberê, sob influência fluvio-marinha. (SEZERINO, 2016, p. 104).

Resgatando a já mencionada Política Nacional de Habitação, no caderno do Ministério das Cidades do ano de 2004, está disposto que:

[...] a ausência de políticas públicas que tenham como objetivo ampliar o acesso à terra urbanizada, tem levado um contingente expressivo da população brasileira a viver em assentamentos precários marcados pela inadequação de suas habitações e pela irregularidade no acesso à terra, comprometendo a qualidade de vida da população e provocando a degradação ambiental e territorial de parte substantiva das cidades. (BRASIL, 2004, p. 20).

⁵ São estes a Vila Becker e o Canal do Anhaia.

De acordo com a ficha de observação fornecida pelo Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS)⁶ do Plano Nacional de Interesse Social do Paraná⁷ no site da COHAPAR, executada no ano de 2010, a Vila Becker estava ocupada há mais de 40 anos, e era composta por aproximadamente 432 lotes com edificações sobre área de preservação ambiental legalmente definidas, sobre ou margeando leito de curso de água.

Sobre a existência ou suscetibilidade a risco ambiental, de acordo com o diagnóstico fornecido pelo site, o risco de os moradores desenvolverem doenças respiratórias era classificado como alto, assim como o risco de ocorrer contaminação química por materiais diversos. O assentamento não apresentava risco considerável de inundação, deslizamento ou desmoronamento e tinha em geral uma boa prestação dos serviços de iluminação pública, abastecimento de água, arruamento e calçamento. Em contrapartida, o esgotamento sanitário era precário, havia acúmulo de lixo em terrenos baldios e esquinas e muita presença de odores e gases.

Com relação às casas, a maior parte se apresentava em bom estado, e mais ou menos 30% estavam em condições precárias de conservação. A ficha também aponta o fato da Vila Becker estar próxima à área portuária, com risco de insalubridade, risco químico e biológico. Por fim, a intervenção proposta pela COHAPAR foi o reassentamento total da área.

A proximidade da Vila com o Terminal Público de Álcool, que é o principal empreendimento que expunha os moradores a esse tão alto risco de acidentes e contaminação, justifica o reassentamento. Ressalta-se que o Terminal Público de Álcool de Paranaguá foi inaugurado no ano de 2007 e é pioneiro no Brasil. Segundo a empresa que administra o terminal, a Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A., o empreendimento possui uma área total de aproximadamente 65.000 Km², sendo 32.000 Km² de área construída e o restante do espaço destinado à construção de novos tanques, todos para armazenamento de granéis líquidos, em especial derivados de álcool.

O licenciamento do Terminal foi emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Essa licença autorizava o funcionamento para testes, porém o terminal estava operando plenamente, e de acordo com o juiz federal que julgou inicialmente o caso, no período de três meses, foram movimentados mais de 25 milhões de litros de álcool, ⁶ O SISPEHIS é um sistema do estado do Paraná que contém informações detalhadas sobre cada localidade de todo o estado.

⁷ “O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná - PEHIS-PR tem como finalidade identificar as necessidades habitacionais do Paraná e traçar estratégias de solução, traduzidas em ações concretas com prazos, programas, recursos e responsabilidades”. (COHAPAR, 2019).

o que não caracteriza uma movimentação para testes.

Em 2008, foi proposta uma ação civil pública pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a continuação do funcionamento do referido terminal em Paranaguá. A liminar contra as instituições competentes pelo funcionamento e liberação da licença para funcionamento (respectivamente APPA e Instituto Ambiental do Paraná – IAP) trata sobre o não cumprimento das exigências da legislação ambiental de se fazer obrigatoriamente um prévio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e um Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), para se garantir a integridade do ambiente e das famílias que vivem em torno dos empreendimentos.

Além da suspensão do funcionamento do terminal, também foi requerido que

[...] de forma solidária, efetuassem o levantamento das famílias residentes no entorno da área onde se situa o citado Terminal (Vila Becker e Canal da Anhaia), com avaliação dos imóveis de cada grupo familiar, sugerindo a utilização do cadastro já realizado pela Cohapar e avaliação por profissionais da Caixa Econômica Federal. (BRASIL, 2008)

No início do ano de 2009, a Justiça Federal determinou que o andamento do processo fosse temporariamente suspenso, por conta de uma possível formulação de um acordo entre o MPF e APPA para solucionar as questões anteriormente propostas. As reuniões para as partes envolvidas definirem o acordo aconteceram, mas posteriormente os requisitos não foram cumpridos pela APPA e pelo IAP. Dessa forma, sem sucesso no acordo entre as partes, a Justiça Federal do Paraná (JFPR) decidiu prosseguir com o processo, porém delegou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) a responsabilidade de emitir licenças para o funcionamento do Terminal Público de Álcool em Paranaguá.

No mesmo ano, um acontecimento deu maior visibilidade ao caso. Houve um vazamento de álcool do terminal, comprovando que o mesmo continuava em pleno funcionamento. Segundo o jornal “Gazeta do Povo”, aproximadamente 15 famílias tiveram que ser retiradas de suas casas.

O vazamento de aproximadamente 5 mil litros de etanol segundo cálculo do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) no Terminal Público de Álcool do Porto de Paranaguá [...] evidenciou uma briga que se arrasta desde a inauguração da unidade, há dois anos. (Jornal Gazeta do Povo, 2009).

Em maio de 2010, a APPA contratou os serviços da COHAPAR para dar



início à construção das novas habitações dos moradores da Vila Becker. O objeto do contrato é a execução de obras para a construção de até 400 moradias no Conjunto Habitacional Porto Seguro, em Paranaguá, bem como a elaboração de projetos de infraestrutura em geral e realização dos devidos registros dos lotes junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Segundo informações cedidas no site da COHAPAR, essas casas construídas no bairro Porto Seguro têm 52 m² de área, com três quartos, sala, cozinha e banheiro. Os lotes para a construção das novas moradias foram cedidos pela prefeitura de Paranaguá.

As famílias foram realocadas da Vila Becker para o Porto Seguro em etapas. De acordo com o site oficial da COHAPAR, primeiramente as novas moradias foram entregues às 30 famílias que habitavam nas áreas de maior risco da Becker. Estas famílias já haviam sido removidas anteriormente desses locais e estavam morando em casas alugadas, custeadas pela APPA, antes de as casas novas serem entregues. Isso ocorreu em janeiro de 2013. Até o mês de outubro do mesmo ano mais 51 casas foram entregues aos antigos moradores da vila. Em dezembro de 2013, a APPA, juntamente com a COHAPAR, realizou um sorteio de mais 131 casas dentre os moradores cadastrados. Nessa primeira etapa foram entregues o total de 232 novas moradias. Há a informação no mesmo site que, em 2014, o restante das casas seria edificado em um bairro próximo ao Porto Seguro, chamado Jardim Esperança. Os lotes também seriam doados pela prefeitura de Paranaguá.

O Porto Seguro é um bairro relativamente novo, se comparado aos outros bairros da cidade. Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do município, o bairro passou a ser ocupado a partir dos anos 1990, e se localiza em uma área ainda em expansão da cidade, porém é afastado da área central do município. A distância entre a Vila e o Porto Seguro é de aproximadamente 14 quilômetros.

Analisando do ponto de vista espacial, o bairro é composto por dez ruas que são, em sua maioria, devidamente asfaltadas e bem sinalizadas, com placas e lombadas. O bairro também conta com uma ampla estrutura na educação. Dispõe da Creche Municipal de Educação Infantil (CMEI) Mário Roque, Escola Municipal Joaquim Tramuja Filho, a qual em 2018, de acordo com o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), apresentou 652 matrículas dentre ensino pré-escolar, anos iniciais (1º ao 5º ano) e educação especial. O bairro também tem a Escola Estadual Porto Seguro, que no mesmo censo apresentou 1.331 matrículas, dentre alunos dos anos finais (6º ao 9º ano), ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos (EJA) e por fim, o bairro também comporta o campus do Instituto Federal do Paraná (IFPR) em Paranaguá que conta com mais de mil alunos

matriculados, nas modalidades ensino técnico, tecnólogo, mestrado, especialização e licenciatura.

Em junho do ano de 2019, foi inaugurada a Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro, nomeada Unidade Maria Vargas Batista – Porto Seguro. Segundo a Secretaria da Saúde de Paranaguá, atualmente a UBS se configura como uma Estratégia Saúde da Família (ESF). A UBS tem gestão municipal e a equipe que hoje atua na ESF é composta por um médico generalista, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem, seis agentes comunitários e três servidores atuam na equipe administrativa. Foi informado pela Secretaria da Saúde que há previsão de contratação de mais uma equipe similar a citada.

Os atendimentos realizados na Unidade Maria Vargas Batista consistem em consultas médicas para idosos, adultos e crianças (com atendimento inclusive para os pacientes hipertensos e diabéticos), pré-natal, imunização, pequenos procedimentos, curativos, coleta de exames laboratoriais e citopatológicos e visitas domiciliares dos profissionais a pacientes acamados da comunidade. Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), a UBS do Porto Seguro possui também equipamentos de atendimento odontológico (BRASIL, 2019). Os atendimentos acontecem de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h e 30 min.

A PERCEPÇÃO DOS MORADORES

Refletindo sobre os conceitos explanados nos tópicos anteriores da presente pesquisa sobre assentamentos precários e moradia adequada, pode-se perceber que a política utilizada nesse caso resultou em uma melhora na qualidade de vida dos indivíduos que anteriormente habitavam a Vila Becker, partindo do ponto de que esses moradores foram retirados de um ambiente que os expunha a graves riscos de contaminação por produtos químicos, risco de desenvolverem ou agravarem doenças respiratórias entre outros já citados anteriormente.

Na primeira fase de entrevistas com famílias que passaram pelo processo de realocação, realizada no ano de 2018, foi possível que os entrevistados fizessem uma comparação entre a Vila Becker e o Porto Seguro, apontando suas diferenças e relacionando o que os deixava mais e menos satisfeitos nos respectivos bairros. A maioria dos entrevistados citou o fato do bairro ser bem afastado do centro da cidade, dificultando o acesso a alguns serviços que não eram prestados dentro do bairro. Sobre o processo, alguns entrevistados citaram haver famílias que receberam casas



melhores do que as que tinham na Vila Becker, porém também citaram que outros receberam casas menores das que tinham anteriormente. Outra questão apresentada pelos entrevistados foi que as casas foram entregues sem muros e calçadas, pois o projeto só previa a construção das casas em si. Desse modo, os moradores que desejaram ter a propriedade com muro e calçada tiveram que fazer as melhorias por conta própria.

Quando questionados sobre a estrutura de educação que o bairro possui e organização espacial das casas e ruas as avaliações dos moradores foram de boa a excelente. Sobre a coleta de lixo e iluminação pública, houveram divergências nas opiniões, onde alguns citaram estarem satisfeitos e outros não tão satisfeitos. Em contrapartida, quando questionados sobre a prestação dos serviços de segurança pública, limpeza das ruas, sinalização das vias, acesso a hospitais, mercados, farmácias, bancos, transporte público, oportunidade de emprego dentro do bairro e área de lazer as avaliações, em sua maioria, foram de ruim a péssimo na escala apresentada aos moradores.

Na segunda visita ao Porto Seguro, um ano depois da primeira, foi possível perceber melhorias no bairro. Na primeira ida, o transporte público foi alvo de críticas, pois não havia uma linha de ônibus que acessasse diretamente o bairro, o que mudou, pois atualmente existe a 'Linha Porto Seguro' específica para o bairro, que acessa a maior parte das ruas. Mesmo com essa melhoria, na segunda fase de entrevistas, a avaliação dos moradores ficou dividida entre 'ruim' e 'bom' na escala. Com relação à coleta de lixo e iluminação pública, a avaliação se manteve como a da primeira fase de entrevistas, assim como a avaliação sobre acesso a farmácias, bancos, oportunidade de emprego e áreas para lazer.

A avaliação sobre a segurança no bairro piorou. Questionados sobre o que menos gostam no Porto Seguro, em depoimento os entrevistados citam que: "Não gosto pelo fato de não ter alguns serviços básicos necessário próximo do bairro, como posto policial porque já houve muitos assassinatos no bairro". (Entrevistado -18, 2019). E ainda: "Pouca segurança. Falta de policiamento e melhorar iluminação pública". (Entrevistado – 04, 2019).

Sobre o acesso a mercados, a avaliação mudou para 'bom'. Isso deve-se à abertura de vários mercados de pequeno porte no bairro, o que pode futuramente aumentar a oferta de emprego dentro do bairro. Assim como da primeira vez, os moradores classificaram como 'bom' e 'excelente' o acesso à educação, e de igual forma falaram sobre o acesso à saúde, com a construção da Unidade Maria Vargas Batista.

Questionados sobre o que mais gostam no bairro, os depoimentos, em sua maioria, citam a educação, saúde, aumento do número de mercados e organização do bairro.

Está se tornando um bairro bem estruturado. Já temos escolas, creche, posto de saúde e mercados. (Entrevistado 05, 2019);

Mercados próximos, colégio, creches e universidade. (Entrevistado 07, 2019);

As escolas creche faculdade e posto de saúde. (Entrevistado 08, 2019);

Gosto do bairro Porto Seguro, porque temos creche e escolas próximos de casa. Bairro todo asfaltado e porque tem tudo para crescer (Entrevistado 12, 2019);

Gosto porque o bairro foi bem planejado, Escolas, creche e posto de saúde próximo de casa, e acredito que vai melhorar ainda mais. (Entrevistado 19, 2019).

Levando em consideração a percepção dos moradores podemos notar que o Bairro Porto Seguro é promissor no que se diz respeito à ocupação do espaço, pois é um bairro planejado e estruturado, diferentemente da Vila Becker que foi sendo ocupada de forma irregular e desordenada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando a ideia explanada na introdução desta pesquisa, o direito à moradia adequada é um direito tutelado amplamente no Brasil, sendo citado na Constituição Federal (1988). Porém, a falta de políticas direcionadas exclusivamente à habitação culminou em um déficit habitacional muito grande, forçando a população a formar assentamentos irregulares, sem infraestrutura, ocasionando vários problemas.

Como a administração pública, de certa forma, consentiu com muitas dessas ocupações irregulares que colocam em risco a população, muitas vezes de baixa renda, é papel fundamental das gestões municipal, estadual e nacional formular e implantar políticas para reparar e evitar maiores danos à população e ao meio ambiente.

No caso apresentado nesse estudo, a coexistência do cenário da ocupação irregular e da ampliação do porto de Paranaguá demandou uma ação da administração pública e órgãos federais, os quais desenvolveram uma política para tentar contornar as situações geradas por uma série de falhas, não só por conta da ocupação irregular, mas também por parte das empresas que eram situadas nas proximidades da ocupação.



Por fim, após todo o processo e com a consulta feita com os moradores, entende-se que, mesmo que com algumas exceções, a maioria dos entrevistados está satisfeita com estrutura oferecida no bairro Porto Seguro, ainda mais com as melhorias que têm sido realizadas e com investimentos em áreas como saúde e educação. Mais que isso, além da boa resposta dos antigos moradores da Vila Becker ao saírem de uma área de risco e suas percepções com relação ao novo bairro, a política adotada nessa situação ainda atuou na extinção de uma ocupação irregular, realocando os moradores que antes viviam em situação precária para um bairro com infraestrutura, saneamento básico, onde pode-se investir e os moradores são proprietários legais dos lotes. Essa política teve êxito em seu papel, podendo ainda servir de exemplo para a regularização de outras áreas na cidade de Paranaguá.

É preciso lutar pelo direito à moradia adequada, pois é mais do que simplesmente regularizar um loteamento ocupado. É exercer direitos e garantir qualidade de vida e dignidade para a população.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010. 2011. 295 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26205/TESE%2BCOMPLETA%2BCINTHIA%2BSENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 set. 2019.

ÁLCOOL DO PARANÁ. Quem somos. Disponível em: <<http://alcooldoparana.com.br/quemsomos&linguagem=pt>>. Acesso em: 10 out. 2019.

APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Contrato de prestação de serviços. Nº 048-2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/mrplo/Downloads/048-2010%20COHAPAR.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Quem somos. Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Quem-somos>>. Acesso em: 10 out. 2019.

APPA, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina -; UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina -; LABTRANS, Laboratório de Transportes e Logística - Plano mestre do complexo portuário de Paranaguá e Antonina, 2018. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/sites/portos/arquivos_restritos/files/documento/2019-06/plano_mestre_dos_portos_de_paranagua_e_antonina.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

APPA, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina -; UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina -; LABTRANS, Laboratório de Transportes e Logística - Plano mestre do complexo portuário de Paranaguá e Antonina. Sumário executivo, 2018. Disponível em: <[portosdoparana.pr.gov.br/sites/portos/arquivos_restritos/files/documento/2019-06/Sumário%20Executivo.pdf](http://www.portosdoparana.pr.gov.br/sites/portos/arquivos_restritos/files/documento/2019-06/Sumário%20Executivo.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2019.



APPA, Administração dos Portos do Paraná -; FEESC, Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina -; LABTRANS, Laboratório de Transporte e Logística -. Plano de desenvolvimento e zoneamento - PDZPO Do Porto De Paranaguá. Florianópolis: 2012. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/sites/portos/arquivos_restritos/files/documento/2019-06/1_pdz_do_porto_de_paranagua_volume_1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988), de 05 de outubro de 1998. BRASÍLIA, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. CNES - Cadastro nacional de estabelecimentos de Saúde. Consultas. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/consultas.jsp>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O que é o PIB. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BRASIL. Justiça Federal do Paraná. Ação civil pública nº 2008.70.08.001643-2/PR. Paranaguá, 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/efknp>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, 16 jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013. Brasília, DF, 05 jun. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política nacional de habitação. Brasília: Espalhafato Comunicação, 2004. Disponível em: <<file:///C:/Users/mrplo/Downloads/Politica%20Nacional%20Habitacao.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Avanços e desafios: política nacional de habitação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia Saúde da Família. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/sobre-o-programa>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). 2019. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/institucional>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAIXA Econômica Federal. Minha Casa Minha Vida - Habitação Urbana. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2019.

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná. Área de Loteamento Clandestino e/ou Irregular. Paranaguá, 2010. Disponível em: <<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/formLoteamento.php?idFormulario=RtE96Fw=7LLJhCmfBzLjn9eT0Ln66wY7FwmjL7C>>. Acesso em: 10 out. 2019.

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná. Cohapar e Porto de Paranaguá sorteiam mais 131 casas no Residencial Porto Seguro. 2013. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/2013/12/6794/Cohapar-e-Porto-de-Paranagua-sorteiam-mais-131-casas-no-Residencial-Porto-Seguro.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná. Famílias retiradas de área de risco em Paranaguá estão de casa nova. 2013. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/2013/01/3958/Familias-retiradas-de-area-de-risco-em-Paranagua-estao-de-casa-nova.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.



COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná. Governo do Paraná entrega 29 novas casas para famílias de Paranaguá. 2013. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/2013/06/5055/Governo-do-Parana-entrega-29-novas-casas-para-familias-de-Paranagua.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

GAZETA DO POVO. Vazamento de álcool obriga 15 famílias a deixar suas casas. 2009. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/vazamento-de-alcool-obriga-15-familias-a-deixar-suas-casas-bns0ssfmvo2yx306mt0cl5cge/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PIB por Município: Paranaguá. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=4118204>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. Portal de informações IFPR. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/unidades-ifpr/paranagua/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

IPARDES. Caderno estatístico município de Paranaguá. Paranaguá, 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83200>>. Acesso em: 18 set. 2019.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: Leonardo Basci Castriota (org.). Urbanização Brasileira. BH: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96. Disponível em: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf> Acesso em 18 ago. 2019.

MARICATO, Ermínia. Habitação e cidade. 7. ed. São Paulo: Atual Editora, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes Ltda., 2013.

NUNES, Cicília Araújo. Regularização fundiária e o direito à moradia adequada: construção social da regularização fundiária urbana. 2017. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Uberlândia Faculdade de Direito "prof. Jacy de Assis", Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20260/1/Regulariza%c3%a7%c3%a3oFundi%c3%a1riaDireito.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ; Universidade Federal do Paraná; Fundação da Universidade Federal do Paraná. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá: mapas. Mapas. Volume V. Paranaguá, 2007. Disponível em: http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/+%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PDDI%20-%20Volume%20V%20-%20Mapas.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

QEDU. Lista completa de escolas, cidades e estados. Disponível em: <<https://qedu.org.br/escola/213454-if-do-parana-campus-paranagua/sobre>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SARAVIA, Enrique. Introdução a teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas públicas. Brasília: ENAP, 2006. p. 7-42.

SEP/PR, Secretaria de Portos da Presidência da República; UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina; LABTRANS, Laboratório de Transportes e Logística. Plano Mestre: Porto de Paranaguá. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://infraestrutura.gov.br/images/planos-mestres-versao-completa/pm22.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SEZERINO, Fernanda de Souza. Entre a floresta e a periferia: vulnerabilização humana e projeção de cenários para o entorno de unidades de conservação da mata atlântica de Paranaguá. 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, Matinhos, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43569/R%20-%20D%20%20FERNANDA%20DE%20SOUZA%20SEZERINO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 set. 2019.

TRIBUNA. Paranaguá ganha o primeiro terminal público de álcool do País. 2007. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/economia/paranagua-ganha-o-primeiro-terminal-publico-de-alcool-do-pais/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

TUMELERO, Silvana Marta. Estado, produção do espaço e intersectorialidade: Crítica e criação na implementação de políticas públicas. 2015. 399 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2015.